



## **Internet: usos e não-usos em ano eleitoral\***

Syntia Alves\*

Não se pode mais ignorar que a Internet tornou-se muito eficaz e ativa no dia a dia, seja para fazer negócios, como meio de comunicação, instrumento de trabalho, meio de troca de informação e, assim, de se fazer política. Nesta teia de trocas, faz-se pertinente explorar o uso da Internet como meio para fazer política e para a participação cidadã no contexto de uma campanha eleitoral, indo a favor ou contra ela, e em momentos de evidente exacerbação da comunicação política nas sociedades democráticas.

A consolidação da Internet como nova mídia criou, de imediato, a esperança de que poderíamos dispor de um instrumento de livre acesso para armazenamento e disseminação de informações. Na verdade, essa possibilidade é, em tese, real, na medida em que, pela sua agilidade e baixo custo, a Internet deu acesso a pessoas e entidades que encontravam dificuldade para fazer circular suas idéias por um espaço mais amplo. Porém, em muitas partes do mundo não é com toda essa liberdade que se usa a Internet, seja pelo acesso à rede mundial de computadores, restrições que muitos governos impõem no uso da Internet ou pelo próprio uso que se faz da ferramenta, que exige que o usuário tenha um domínio mínimo da linguagem da Internet.

Parece fundamental desmitificar algumas idéias que se tem sobre a Internet, mas é inegável que ela se tornou uma outra via de comunicação na medida em que se constitui como um instrumento que permite a aquisição, por parte dos cidadãos, de informações que via de regra ficam à margem dos meios de comunicação tradicionais. Pensando neste ano eleitoral de 2006, tal ferramenta está sendo utilizada por partidos e líderes políticos para interagir com a cidadania em substituição das formas clássicas de comunicação política e, prova disso é que, a partir deste ano, tal movimentação já obrigou os dispositivos jurídicos a se atualizar e estabelecer normas que incluam a Internet como instrumento de divulgação das campanhas eleitorais. Mas a questão que nos tem aparecido é: será que a Internet está sendo utilizada como esse meio inovador de comunicação, que agrega diversos tipos de pessoas, de diversas faixas etárias e classes sociais, ou será que nesta eleição a Internet está sendo usada apenas como uma extensão dos outros meios de se fazer campanha eleitoral, não usufruindo de todo o potencial que a ferramenta tem?

---

\* Trabalho apresentado no GT Internet e Política do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

\* Syntia Alves é doutoranda do programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP e pesquisadora do Neamp – Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP.

Dados do Ibope indicam que 25% dos eleitores brasileiros utilizam a Internet. O percentual representa 32 milhões de pessoas que podem buscar informações sobre as eleições na rede mundial de computadores do total de 126 milhões de eleitores, segundo dados do TSE. Tem ficado cada vez mais evidente o filão de eleitores virtuais e os partidos parecem estar investindo em campanhas na rede.

Porém, aparentemente mais se fala do que se utiliza o potencial da comunicação em rede e dos fluxos de informação que por ela se estabelecem. Na campanha eleitoral deste ano os sítios de partidos, os sítios pessoais dos candidatos e os blogs é que têm chamado atenção ao se utilizar do espaço virtual para fazer a campanha real. Mas a nova forma de comunicação eleitoral apresenta lacunas e quem trabalha com o meio precisa driblar o fato da Internet não estar devidamente inserida na legislação eleitoral. Outra dúvida inicial era se os partidos usariam a falta de regulamentação para divulgar boatos sobre políticos adversários. E de fato os candidatos têm se aproveitado da comunicação em rede e este ano, enquanto os programas de TV e rádio apresentam campanhas mornas, e só quando as pesquisas pareciam não mostrar alterações nas intenções de votos dos segundos colocados que as propagandas começam a ficar mais ofensivas, isso aproximadamente há apenas um mês das eleições. Nos sítios dos partidos e dos candidatos é que aparecem mais claramente os nomes dos rivais, as promessas dos candidatos e os ataques aos adversários. Porém, nestes sítios não há espaço para debates ou uma comunicação mais direta entre o candidato e os eleitores, e aparecem as mesmas informações que circulam nos outros meios de propaganda eleitoral, não passando os sítios institucionais de uma espécie de “panfletagem eletrônica”. Com relação a lei, a única proibição a propaganda de candidatos é em páginas de provedores de acesso à Internet, mas o candidato pode participar de debates em salas de bate-papo e a propaganda não precisa se resumir aos sítios oficiais.

E dentre as inúmeras possibilidades que a Internet oferece, uma das que mais se destacam no debate da conjuntura política é a “blogosfera”. Neste período eleitoral, os debates sobre os candidatos e suas propostas ocupam boa parte dos espaços virtuais mais independentes, conhecidos como blogs. Eles se popularizaram no mundo todo, e em especial no Brasil, como uma espécie de diário onde os internautas compartilhavam textos e experiências. Hoje, esses espaços virtuais também se tornaram espaços para a manifestação da militância, onde qualquer pessoa tem a possibilidade de publicar intenções sobre os candidatos. É um novo espaço de troca de informações. Os blogs, essa espécie de sítios pessoais com espaço para os comentários do leitor, é que têm esquentado as eleições deste ano, mas, novamente, os mais acessados e polêmicos não são os alimentados por cidadãos comuns, mas sim por jornalistas minimamente renomados e que de alguma forma estão vinculados à mídia tradicional. E nestes blogs de jornalistas, pessoas que nunca

imaginaram ter espaço em um debate político, netas eleições podem ter suas opiniões lidas por milhões de pessoas. A parcela da população com acesso a internet tem agora uma outra forma de participação política que, na nossa democracia, se restringe quase que exclusivamente ao voto.

### **Liberdade ou falsa liberdade de acesso**

Pensando a principio no caso brasileiro, se vivemos num Estado de regime democrático, é importante pensar na liberdade da comunicação ou na falsa liberdade, principalmente quando, nesta tal democracia, a obrigatoriedade do voto é maquiada como um direito do cidadão, e neste contexto a Internet também é dita como um meio de comunicação sem fronteiras de espaço ou conteúdo. As empresas e o governo brasileiro já entenderam que quem ficar de fora dessa rede mundial, em poucos anos estará praticamente isolado e isso corresponderá a um atraso que dificilmente poderá ser revertido. Além, obviamente, das constantes “seduções” que a Internet apresenta para pessoas, de forma individual, não importando a idade ou classe social.

Mas as aparentes vantagens da Internet vão muito além. Criar um sitio e colocá-lo no ar torna-se cada vez mais barato e fácil, e pode trazer muito retorno para aquele que souber se utilizar desta ferramenta. Porém, o que mais chama atenção de todos aqueles que navegam é a liberdade de passar e receber informações que a Internet proporciona. Tudo que é colocado na rede passa a ser universal, público, acessível. Essa é a cultura da Internet: que toda a informação pode chegar a qualquer lugar. O ciberespaço é inerentemente não-físico, não configurável, flexível, moldável, sem vínculos com a geografia convencional e por isso tem-se a sensação de liberdade quando se navega pelos sítios do mundo todo, estando em qualquer lugar do mundo. Isso é incrivelmente sedutor para aqueles que não podem ou não querem se locomover, para os que não querem se identificar e para os que querem falar e ser ouvido. A possibilidade de comunicação rápida, barata, universalmente acessível e de grande alcance fez da Internet um eficaz meio de comunicação de entidades e grupos por todo o globo. E é por essas razões que a Internet mostra-se um espaço eficaz, não só com os sítios, mas também nas listas de discussão e malas diretas via e-mail, constituindo importantes ferramentas tanto para divulgação dos casos, atingindo de uma só vez centenas de pessoas, como para o contato entre as diversas associações no planeta.

Aparentemente estamos diante do que Foucault chamou de “mito ocidental em oposição às tiranias orientais”, que se constitui quando as diversas tecnologias materiais de acúmulo de saberes resultam, em diversos momentos da história, num desejo de universalização, que sustenta a idéia da comunicação universal do conhecimento, a troca infinita e

livre dos discursos. Assim, com a Internet e a comunicação em rede, os fluxos de informação e comunicação que circulam independente do tempo e espaço, nos dá a impressão de que não há mais barreiras nacionais para que as pessoas se encontrem, mesmo que num espaço virtual, nos parece que o ocidente e o oriente não se diferem mais porque não há mais uma territorialização.

Porém, quanto mais livre nos parece ser a Internet, maior número de dispositivos de repressão surgem com a finalidade de tentar controlar o fluxo e o que circula na rede, por mais que a estrutura de comunicação da Internet se baseie em um direcionamento de informação sem supervisão centralizada, desenvolvendo-se de forma autônoma ao mercado, com base de trabalho cooperativo, liberdade de criação, algumas restrições têm aparecido. Atualmente, os casos mais freqüentes são de censura nos provedores de acesso, controlando a informação que passa por eles. Sem aviso prévio aos usuários, os tais sítios censurados não são mostrados, resultando numa censura quase imperceptível, não sabendo o usuário se tal sitio não existe ou não está acessível.

É evidente que os Estados são os primeiros a se preocupar em delimitar a ação da Internet, afinal as sociedades de controle se caracterizam pelo controle contínuo para administração dos corpos. Com isso, a tentativa de fiscalizar e regulamentar a rede por parte dos governos, fundamentados nos princípios da sociedade de controle e da cultura do medo, nos quais se assemelham ocidente e oriente, têm falhado na sua tentativa de territorializar e intervir no ciberespaço. As tentativas de controle se multiplicam cada vez mais, e a liberdade da rede é vista por muitos governos e corporações como uma séria ameaça devido às mais diversas motivações: seja pelos conteúdos considerados moralmente ofensivos, ou pela facilidade que grupos políticos e ideológicos se manifestarem na rede; pela dificuldade em controlar as transações financeiras; pela facilidade da reprodução digital. Ou seja, econômica e politicamente, a Internet é um veículo útil para uns, mas perigoso para os Estados, pois seu raio de alcance é grande, mas não há regras ou restrições para a saída ou entrada de informações e ações na rede.

Baseados na territorialização, os governos tentam impor restrições e penalizações legais que têm apresentado efeito muito restrito ou nulo, ações essas que são praticamente inaplicáveis no caso da Internet, onde é muito raro que se consiga provar que a parte envolvida tenha nenhuma relação física ou interesse econômico com tal território concreto. Porém, em alguns lugares, de fato é mais fácil haver um controle dos cidadãos que acessam a rede. Alguns governos vêm utilizando vários métodos para controlar o que circula na Internet: uns simplesmente impedem que a maioria dos cidadãos tenha acesso à rede, que é o caso de pelo menos 20 países, entre eles Cuba, Coréia do Norte e Iraque. Há também países em que os provedores de acesso, controlados pelo Estado, possuem filtros e outras formas de barrar a circulação de informação na

Internet. Exemplo disso é a China, que conta com mais de 20 milhões de Internautas e tem expectativa de ser um dos países mais conectados do mundo, mas que, ao mesmo tempo, exerce controle através de um complexo monitoramento dos fluxos de conteúdo. Provedores oficiais limitam acessos e barram, particularmente, notícias vindas do exterior, além da utilização de filtros, monitoramento de chats e da promoção da autocensura através da repressão por penas duríssimas àqueles que forem flagrados infringindo as proibições. A Rússia também tem forçado os provedores a permitir a instalação de programas de monitoramento, são softwares que agem da mesma forma que os grampos telefônicos.

Países do oriente, como a Arábia Saudita e do ocidente, como a Inglaterra e os Estados Unidos, de diferentes formas e por diferentes motivos se igualam na tentativa de delimitar as ações de seus cidadãos na Internet. Os primeiros usam o discurso de preservar os valores islâmicos, para justificar o monitoramento do conteúdo da internet, prevenindo assim que materiais que contradizem suas crenças e fé influenciem sua cultura. Já os Estados ocidentais têm como foco a dita “segurança e lei” dos seus territórios, mantendo o bem estar dos seus cidadãos em troca da censura da rede. De qualquer forma, há a mesma censura, apesar do meio e do motivo ser diferente.

No caso do Brasil, se tem acesso a Internet por diversos portais, porém no máximo oito portais respondem por 90% do tráfego na rede mundial, com destaque para o UOL, do grupo Folha e parceria com o Grupo Abril; o Terra, da Telefônica; o IG, do grupo Opportunity/GP, e mais recentemente o crescimento do Globo.com, das Organizações Globo, esta última já com a supremacia nos sistemas de TV aberta e por assinatura. Segundo relatório da Freedom House, grupo de defesa dos direitos humanos sediado em Nova Iorque, que analisa a censura na Internet por parte dos Estados, há um ranking com os mais castradores, um nível intermediário e aqueles Estados que não impõem duras regras ou penalizações para os usuários da rede. O Brasil, mesmo tendo 90% dos acessos sendo monitorados por no máximo oito portais, se encontra nos países de maior liberdade no uso da Internet. Mas, mesmo assim, nos noticiários vemos notícias de pessoas que são denunciadas por diversos crimes (como racismo, tráfico de drogas ou pedofilia) e que são rastreados pela rede, atualmente principalmente pelo sitio de relacionamentos Orkut.

Pode parecer um pouco exagerada essa preocupação com o acesso a Internet, mas a verdade é que os Estados e seus governos já têm idéia do poder desta ferramenta. Ainda que atualmente só uma parte minoritária da população global tenha acesso à rede, a Internet se constituiu cada vez mais como um novo espaço público – democrático por essência e livre por sua concepção – onde de fato começa a surgir uma espécie de cidadão global, cosmopolita. O

ciberespaço permite novas vivências, permite aspirar a novas formas de participação política, interação e organização social, intercâmbios culturais e integração cooperativa de cidadãos. Hoje, a Internet passou a ser não apenas um dos maiores instrumentos de comunicação entre grupos e organizações, mas também de pressão por democracia e expressão. E, por mais que se restrinja o acesso a Internet ou aos computadores, a liberdade é algo inerente a rede e seu alcance algo sem igual nos meios de comunicação. A rede de computadores é uma ferramenta para as organizações sociais e políticas e, mesmo num país como o Brasil, com 13,6% da população analfabeta e um número muito maior que este sem meios econômicos para ter computador pessoal, aqueles que já se renderam a Internet criam diversas formas de navegar e, assim, aumentando o público que pode ser atingido.

A Internet tornou-se um meio de resistência e uma alternativa concreta e prática de democratizar a comunicação. A rede de computadores proporciona maior rapidez na disseminação, no intercâmbio e na análise das informações e também permite o surgimento de novas formas de organização e solidariedade popular. Numa sociedade de controle onde o voto obrigatório se torna mais um meio de se ter acesso aos passos dos ditos cidadãos, as associações via web criam espaços de resistência e possibilitam uma forma de fazer política fora do jogo político.

A própria concepção de rede coloca a idéia de que não há lado de fora. E, na incontestável utilização da Internet como ferramenta política e de organização de movimentos compondo grupos de pessoas com interesses comuns, o estar sempre dentro torna a comunicação em rede com potencial incrivelmente grande. Nos últimos tempos a Internet deixou de ser apenas um meio e passou a ser ocupada como ambiente ou arena de disputa política, de sentidos, de valores. É importante ter noção do conceito de *transpolítica* para que se entenda como a política se utiliza da Internet e como esta faz política. Na *transpolítica* as possibilidades de diálogo não se dão apenas em espaços que sustentam a democracia em sua forma representativa — pensando na democracia brasileira —, mas em qualquer ambiente criado pelas lutas que se travam na sociedade civil. É fazer política concebendo-se espaços além do que constitui a *polis*. Neste novo campo, o poder se desloca dos espaços institucionalmente definidos para um espaço fluido, flutuante, transitório e que independe do desejo, da manipulação, da administração e do controle dos atores do jogo político. A tecnologia é, portanto, instrumento e ambiente da *transpolítica*, legitimando a centralidade descentrada da comunicação e permite que a correlação de forças se dê em âmbito midiático.

Não se restringindo apenas ao voto, a participação na vida política se dá pela troca de informações que circulam configurando uma teia complexa de cruzamentos

indiscriminados. A operacionalidade se faz mesmo não havendo espaço físico nesse intervalo, a operação é instantânea, impalpável, espectral; a geografia é abolida enquanto as distâncias são percorridas em milésimos de segundo. Liberados do território, imagens, sons e informações conhecem agora uma dimensão temporal centenas de vezes menos que um lapso. A velocidade de sua circulação na cultura é máxima, portanto, num jogo como o político onde tudo conta ponto, contra e a favor, a Internet a cada dia, em suas diversas maneiras, traz informações que modificam, abalam, desestabilizam rapidamente as relações que outrora eram mais sólidas.

O meio digital trouxe novos métodos de gestão e organização do trabalho, novas práticas culturais e novas formas de apreensão do mundo, mas por meio de sua cultura midiática não se forma apenas um comportamento político mais livre, mas também a possibilidade de uma sociedade mais fragmentada, multicultural, individualista, consumista e desengajada. Por tanto, não é porque se tem acesso a um maior número de informação, também maior na quantidade de fontes e posicionamentos políticos que, necessariamente se cria uma sociedade mais engajada, que se coloca politicamente, e talvez esse seja o maior desafio: utilizar um meio tão eficaz como a Internet, para se atingir o objetivo de uma maior democracia no jogo político.

Com todo esse aparato tecnológico que invadiu a vida dos brasileiros e que se impõe no mercado nacional para que se tente acompanhar a velocidade das transações econômicas, supõe-se também, que este ano as eleições seriam acompanhadas mais de perto pelos cidadãos que têm acesso a Internet. A espera era de que o debate político acontecesse de uma forma muito mais livre e a expectativa era que já no mês de agosto, os candidatos começassem a utilizar o meio digital para fazer uma campanha que lhes é muito mais barata do que os antigos “showmícios”, mas com muito mais visibilidade. Das últimas eleições para esta de 2006, ficou clara a inovação que os sítios dos partidos e dos candidatos vêm fazendo com relação às campanhas deste ano, e também nos fica claro uma antiga questão: ainda há um largo espaço que separa a utilização da Internet pelos políticos para suas propagandas e dos eleitores para participar da política. Porém, o que se tem percebido é que a utilização da Internet tem sido ainda de forma bem incipiente pelos partidos e candidatos, por mais que já se saiba da força que a Internet pode alcançar.

Apesar de todas as inovações, os usuários da internet ainda seguem padrões antigos quando o assunto é política. Analisando as páginas dos partidos e até mesmo os blogs, é evidente que os eleitores não fazem um debate político diferente do que as rádios, emissoras de televisão e jornais apresentam. Quando o assunto é as eleições deste ano, a Internet apenas reproduz o que acontece nas mídias tradicionais. Enquanto economicamente e nas relações

para os brasileiros, no âmbito da política, a comunicação em rede consiste apenas num pequeno fenômeno que não mexe com a estrutura da campanha eleitoral. Os sítios continuam concentrados na agenda do candidato, deixando a discussão sobre os grandes temas de lado. A campanha via Internet desempenharia um papel importante se nela fosse aberta uma interlocução efetiva entre os eleitores e candidatos, na qual os políticos se vissem obrigados a responder as dúvidas dos internautas. Enquanto isso não acontece, apenas alguns eleitores falam, falam, falam e não se sabe se são ouvidos ou por quem são ouvidos. Esse é também o preço da comunicação via Internet.

Um exemplo de que a Internet constitui uma nova via de comunicação e troca de informação com relação à política é a campanha que tem sido feita a favor do voto nulo. Esta campanha tem tomado forma por via de alguns sítios, mas sua força vem do boca a boca, da troca de opiniões dos internautas anônimos por meio dos programas de conversação simultânea, blogs pessoais e do Orkut. Certamente essa movimentação não encontraria outro espaço para acontecer se não na Internet, onde as informações acontecem independente das mídias convencionais, e com uma rapidez e praticidade que não encontramos em outros meios de comunicação. Mas a questão continua sendo o usuário da rede e não o meio de comunicação. Esta nova e impactante mídia tem sua influência na política dependente do número de pessoas que têm acesso a ela, mas, mais ainda do interesse dos eleitores na eleição e, especialmente, na criatividade no uso da rede, quando o assunto é política.

A sociedade civil passa a se constituir por movimentos de ocupação e esvaziamento, que exercem pressão sobre uma zona de disputa política, desvinculada do Estado. Via Internet viabiliza-se uma democracia direta, por meio da democracia digital que possibilita ampliar a participação dos cidadãos em todos os momentos da vida política. O meio está dado, mas sua utilização ainda reproduz velhos moldes, velhas finalidades e os usuários continuam negando a política, mostrando que seu interesse passa pelas questões econômicas, culturais, a troca de informação e inovações, mas ainda passa longe da política.

A democracia participativa é uma nova axiomática da sociedade de controle ou comunicação. Sua finalidade é capturar, incluir as minorias em conjuntos numeráveis, territorializadas em ONGs e nos conselhos institucionalizados. E por enquanto é também uma minoria que foi capturada, quando o assunto é política. Há listas de discussão, blogs, páginas das mais variadas mantidas pelas candidaturas nos Estados, páginas de indivíduos e militantes. Mas são os mesmos militantes que, em outros meios já militam, fazendo uso de mecanismos além dos formais da campanha, a saber: as páginas eletrônicas, os boletins via e-mail, e são eles que usam a criatividade para participar desse espaço de debate.



Apesar de tudo isso, nestas eleições de 2006 ainda houve uma predominância visível da televisão no aspecto da decisão em relação às candidaturas. As pessoas já percebem que realmente há um poder de mídia a ser exercitado, de uma forma completamente nova, mais ainda não se faz uso desta para as questões políticas. É precisamente devido a sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as normas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginação, inclusive a expressão de conflitos sociais.

Mesmo do ponto de vista da suposta resistência dos próprios hackers ou de outros indivíduos que lutam por manter “as informações livres”, o que está em jogo é uma defesa de uma pretensa democracia, contra um evidente controle na forma da regulamentação ou da centralização do controle das informações. É preciso apontar, porém, o equívoco de encarar meras conexões a rede como um caminho positivo em direção à maximização da liberdade ou da igualdade, como se faz muitas vezes: talvez corresponda a somente uma participação mais voluntária e explícita, mas que já acontecia antes.

Por enquanto, no que diz respeito a participação no debate público, não estamos mais presos às formas tradicionais de comunicação e troca de informação. A Internet representa uma eficiente ferramenta que a cada dia mostra que só tende a aumentar no volume de informações e no raio de alcance, ainda mais no público brasileiro. Mas a questão não é mais o meio, e sim sua utilização, ou como disse Deleuze: “Não nos falta comunicação, ao contrario nós temos comunicação demais, falta-nos criação”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> DELEUZE & GUATTARI. O que é a filosofia? Ob. Cit. P. 140